

Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental

Teaching staff's work and health: the case of study of teachers from the second stage of fundamental school

Maria do Socorro Sales Mariano^{*},^I; Hélder Pordeus Muniz^{},^{II}**

^I Universidade Tiradentes

^{II} Universidade Federal Fluminense

[Endereço eletrônico](#)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre a saúde mental e trabalho das professoras da segunda fase da rede pública do município de João Pessoa – PB. Utilizou as contribuições teóricas da psicodinâmica do trabalho, propondo-se analisar a dinâmica dos processos psíquicos pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho, objetivando um espaço de discussão que privilegiasse a intersubjetividade dos sujeitos na construção do sentido acerca do trabalho. A análise evidencia que as docentes vivenciam diferentes formas de sofrimento psíquico ao confrontar-se com as situações desfavoráveis de sua atividade. Por outro lado, as professoras desenvolvem estratégias de enfrentamento que amenizam o sofrimento e favorecem transformar a angústia em força propulsora de mudança, pois a presença do trabalho coletivo, o desenvolvimento de regras de ensino e o reconhecimento por parte dos alunos, se constituem como possibilidade de construção de saúde e de prazer no trabalho destas professoras.

Palavras-chave: Trabalho docente, Saúde mental, Professoras.

ABSTRACT

This paper has the aim of analysing the relationship between mental health and work of the teachers of the second stage of the fundamental level of the public education of the city of João Pessoa- Paraíba (PB). The theoretical contributions of work psychodynamics were used, proposing the analysis of dynamics of psychic processes through the confrontation of the subject with the work reality, objectivizing a space of discussion that privileged the intersubjectivity of the subjects in the construction of meanings for work. The analysis makes different types of psychic suffering experienced by the teachers stand out, in the confrontation of disfavoured situations of their activity. On the other hand, the teachers develop strategies of facing these problems that diminish the suffering and favour the transformation of anguish into strength that propels changes; the presence of collective work, the development of teaching rules and the recognition by the students constitute as possibilities of construction of health and pleasure in these teachers' work.

Keywords: Teaching staff's work, Mental health, Teachers.

INTRODUÇÃO

O trabalho docente é marcado pela constituição de lutas que promoveram mudanças importantes no cenário da educação, a partir da implementação e disseminação de novas idéias, que caracterizaram uma roupagem diferenciada no ensino. Porém, o cenário educativo brasileiro ainda apresenta quadro deficitário no que se refere às questões relacionadas à saúde dos professores e às condições de trabalho, formação e prática profissional docente do ensino público.

Neste sentido, chamamos atenção para a formulação de novas políticas que devem ser baseadas em informações atualizadas e idôneas com respeito à comunidade, e que contemplem as reais necessidades da classe trabalhadora, inclusive reflexões que envolvam a promoção da saúde e qualidade de vida dos trabalhadores em educação. Diante destas considerações, interessamo-nos em pesquisar, especificamente, a situação de trabalho vinculada à saúde mental das professoras da 2ª fase do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de João Pessoa -PB.

O desenvolvimento deste estudo constituiu-se num leque de indagações referentes à dinâmica do trabalho destas professoras, que envolveram questões acerca de seu trabalho, as atividades desenvolvidas e a compreensão da dinâmica subjetiva existente entre o sofrimento psíquico e o prazer vivenciado por essas trabalhadoras, visando identificar qual a relação entre trabalho e saúde mental das trabalhadoras do magistério.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para darmos conta do estudo, guiamo-nos pelos pressupostos teóricos da psicodinâmica do trabalho, desenvolvida por Dejours (1993) por privilegiar o debate acerca da saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras vinculados à situação de trabalho, propondo-se analisar a dinâmica dos processos psíquicos pela confrontação dos sujeitos na construção do sentido acerca do trabalho.

Conforme Dejours (1993), a conquista da identidade na dinâmica intersubjetiva do reconhecimento no trabalho concerne essencialmente ao acabamento de si no campo das relações sociais. Na relação homem-trabalho, Dejours (1993) enfatiza que, em qualquer circunstância ou situação, o trabalhador nunca deve ser considerado um indivíduo isolado, pois sempre terá uma atuação ativa frente às relações no trabalho: relações com os outros trabalhadores que sofrem, o que impulsiona na construção de estratégias defensivas em comum.

A relação com outros trabalhadores é uma tentativa de reconhecimento de sua originalidade e de sua identidade ou de sua pertença a um coletivo ou comunidade de ofício. Este coletivo viabiliza um espaço de discussão acerca da atividade e das dificuldades presentes no ambiente de trabalho: relação com hierarquia para fazer reconhecer a utilidade de sua habilidade ou de seus achados técnicos; relação com os subordinados, na tentativa de uma busca de um reconhecimento de sua autoridade e de suas competências.

A organização do trabalho aparece, antes de tudo, como uma relação intersubjetiva e uma relação social. Assim, a técnica é considerada, mas sempre é identificada como insuficiente à prova da realidade produtiva. Daí, o deslocamento da análise para a organização real do trabalho, que passa também, fundamentalmente, pela integração humana que a modifica e lhe dá sua forma concreta.

Neste sentido, a intersubjetividade aparece no próprio centro da organização do trabalho. Esta é, definitivamente, determinada pelas relações sociais de trabalho, pois o homem é visto como sujeito pensante, tendo como foco sua relação com o trabalho: produz interpretações de sua situação e de suas condições, socializa essas últimas em atos intersubjetivos, reage e organiza-se mentalmente, afetiva e fisicamente, em função de suas interpretações, age, enfim, sobre o próprio processo de trabalho e traz uma contribuição à construção e evolução das relações sociais no trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

Para os pesquisadores da psicodinâmica do trabalho (DEJOURS et al, 1993), a saúde é, antes de tudo, um fim, um objetivo a ser conquistado. O estado de bem-estar social e psíquico não é entendido como um processo estável, que, uma vez atingido, seja possível de ser mantido, mas como algo de que procuramos constantemente nos aproximar. O ser humano, de forma geral, possui capacidades de variações, tanto orgânicas como psíquicas. Estas variações se apresentam como dispositivos de regulações, já que o organismo humano vive em constante movimento.

A saúde mental, de certa forma, não significa ausência de sofrimento ou de angústia, nem conforto constante e uniforme, pois existem pessoas que, mesmo angustiadas,

estão com boa saúde. Neste sentido, “a angústia aparece como um motor, uma força que impulsiona a ação. A angústia contribui, assim, para a formulação dos objetivos, das metas, que uma vez atingidos, atenuam a angústia, mas não a impedem de ressurgir em seguida” (DEJOURS et al, 1993, p.101). O engajamento dos sujeitos nas relações sociais e no trabalho é o que permite contornar as sensações de angústias, provenientes do interior, da história passada dos sujeitos sociais.

Assim, tanto a saúde como o próprio trabalho estão por se construir quotidianamente. Uma outra disciplina que nos auxilia nessa visão dinâmica da relação dos humanos com o trabalho é a Ergonomia Situada, que se apresenta como um conjunto de conhecimentos científicos relacionados ao homem e necessários para conceber ferramentas, máquinas e dispositivos que possibilitem seu uso com conforto, eficácia e segurança (WISNER, 1994).

A ergonomia põe em discussão a ênfase maior do taylorismo: as tarefas. Para a ergonomia, a prescrição do trabalho no taylorismo ignora o conjunto de atividades mentais e psíquicas, que na prática são essenciais para manter a regularidade da produção. O trabalho prescrito é a maneira como o trabalho deve ser “executado” o modo de utilizar as ferramentas, o tempo concedido para cada operação, os modos operatórios e as regras a respeitar, definidas pela gerência (DANIELLOU et al, 1989).

Tem-se a compreensão de que o trabalho prescrito nunca corresponde exatamente ao trabalho efetivamente realizado. O trabalhador tem como referência as prescrições, mas para lidar com a variabilidade presente nas situações de trabalho precisa fazer regulações não prescritas, que são até mesmo proibidas, em alguns casos.

Outro aspecto abordado pela ergonomia diz respeito aos estudos das atividades coletivas, uma vez que os sujeitos do trabalho desenvolvem estratégias e regulações, que são construídas pelo grupo e partilhadas coletivamente. Com efeito, as regulações atuam como um processo de operações de previsão, antecipação e controle da produção, que está presente nas diferentes situações em que se apresenta o trabalho.

A PESQUISA DE CAMPO

Para atendermos aos objetivos propostos, a pesquisa de campo foi realizada em uma escola da rede Pública Municipal de João Pessoa-PB, localizada num bairro de classe popular. A escola foi selecionada pelo critério de ser a única a apresentar apenas alunos e professores da 2ª fase do ensino fundamental. A amostra foi constituída pela participação de 20 (vinte) sujeitos, composta por 17 sujeitos do sexo feminino e 03 do sexo masculino, dentre eles uma professora readaptada.

O trabalho de campo constituiu-se a partir do desenvolvimento das seguintes etapas: negociação e apresentação da pesquisa, assim como o estudo das características de funcionamento geral da escola e as observações do campo empírico, que foram realizadas a partir de dois momentos: observações globais e focalizadas.

Na observação global, registrou-se o máximo de dados possíveis da organização do trabalho e, também, construiu-se uma relação de confiança com os sujeitos da pesquisa. Para efetuação do registro das observações, utilizaram-se lápis e papel, estruturando-se um diário, por onde guiamos as nossas observações e impressões do campo. Isto nos permitiu, principalmente, visualizar quais os momentos mais adequados para observar a atividade de trabalho dos professores, guiando-nos, portanto, nas observações focalizadas.

A observação focalizada foi realizada a partir de uma planificação baseada nos dados e hipóteses surgidos da observação global, que propiciaram desenvolver estratégias de observação para verificarmos a atividade dos professores.

Os dados apreendidos foram analisados através da análise de conteúdo, apropriando-nos de forma não integral da perspectiva de Bardin (1994), já que não se utilizou a quantificação para escolher as categorias e fazer a análise. Adotaram-se as considerações propostas por Minayo (2000), de procurar fazer uma interpretação hermenêutica-dialética, em que o fundamental era articular o conteúdo do discurso ao contexto histórico em que foi produzido e capturar o debate presente nas diversas falas dos professores e professoras. Guiamo-nos, especificamente, através da técnica de análise temática.

Nesta perspectiva, a análise dos dados permitiu-nos identificar e compreender as relações existentes entre o trabalho docente e a saúde mental dos professores e professoras pesquisados, expressas a partir das relações provenientes do sofrimento, o prazer e as estratégias defensivas, seguidas pelos constrangimentos e exigências presentes nas situações de trabalho, bem como das regulações desenvolvidas pelos próprios sujeitos sociais.

SAÚDE NO TRABALHO: UMA QUESTÃO DE CONQUISTA

A saúde e a doença estão tão presentes no cotidiano dos seres humanos, que muitas vezes não nos damos conta de como se processa essa relação dinâmica entre uma e outra. E isto é observado na fala das professoras, pois, ao serem abordadas sobre sua saúde no trabalho, parte delas informam que quase não pensam sobre isso, alegando terem pouco tempo para pensar em saúde no trabalho, pois a intensa jornada e a sobrecarga impedem que as mesmas atentem para a questão da saúde no trabalho.

Embora a maioria não tenha expressado a prática de refletir sobre sua saúde no trabalho, as professoras, sem exceção, afirmam que o exercício da profissão docente é composto de fatores que comprometem sua saúde física e mental, causando-lhes sofrimento e desgastes que desencadeiam doenças somáticas e psíquicas ou psicossomáticas.

Além disso, algumas professoras afirmam que, após terem ingressado na atividade docente, tiveram alguma complicação no seu quadro de saúde e atribuem o motivo de seu adoecimento às pressões vivenciadas no exercício do magistério, portanto, o acúmulo destas pressões acarreta danos para a saúde dessas trabalhadoras. As professoras convergem ao informar sobre o aparecimento de alguns sintomas e

doenças que se apresentam com maior frequência no exercício do magistério, tais como: dores musculares, gastrite, problemas na voz (laringite, faringite), alergia, problemas cardiovasculares, cefaléia. Verificamos que as professoras relacionam nas suas falas estes sintomas com as suas condições de trabalho.

Porém, se algumas professoras apontaram para o surgimento do adoecimento após sua inserção no trabalho docente, não podemos generalizar estas informações, já que, neste mesmo ambiente de trabalho, encontramos professoras que divergem quanto a este aspecto, embora sendo uma minoria. Outro aspecto enfatizado por uma professora é que o trabalho, mesmo com condições desfavoráveis e adversas que comprometem a saúde, também pode se apresentar como um meio de descarregar as tensões do dia-a-dia.

Apoiamo-nos em Dejours (1992), quando afirma que o trabalho, conforme a situação, tanto poderá fortalecer a saúde mental, quanto levar os sujeitos a desenvolverem algum distúrbio patológico. O trabalho, a partir desta perspectiva, tanto favorece o surgimento da doença como da saúde.

Dificuldades e pressões na organização do trabalho: indicadores de sofrimento

A dinâmica escolar, conforme vem se apresentando, tem afetado diretamente a execução da atividade docente, proporcionando um movimento de tensões em sua prática cotidiana. Este quadro torna-se ainda mais agravado quando acoplado a outras dificuldades e empecilhos para a efetivação da prática docente, e o que é mais grave, o somatório de tudo isso contribui para o processo de sofrimento dos professores.

Dentre as dificuldades e pressões vivenciadas como propiciadoras de tensão existentes no trabalho das docentes, chamamos atenção para as seguintes: sobrecarga de trabalho, ausência de material e recursos didáticos (condições de trabalho), clientela assistida (superlotação), não reconhecimento da parte do aluno e desvalorização do magistério, também verificados nos estudos de Neves (1999) e Esteve (1999).

a) Sobrecarga de trabalho

Em relação aos fatores que contribuem para o adoecimento, os docentes apontam para a sobrecarga de trabalho, caracterizada por uma jornada intensa, pois a maioria das professoras informa que leciona nos três turnos, em escolas e bairros diferentes, o que lhe causa grande esforço e cansaço na conciliação de horários, sem comprometer a qualidade do trabalho.

Outras professoras informam que o trabalho docente não se limita apenas à sala de aula, "na transmissão do conteúdo", "dar aula", mas envolve um conjunto de tarefas que são realizadas paralelamente a essa atividade. Há também professoras que se queixam do cronograma das atividades escolares, no que se refere ao planejamento pedagógico realizado mensalmente aos sábados, como também dos cursos de

capacitação promovidos pela secretária que, além de serem obrigatórios, são realizados no período das férias escolares.

Quanto a esta variedade de atividades desenvolvidas pelas docentes, Esteve (1995) chama atenção para o fato de que houve uma fragmentação da atividade do professor e que muitos profissionais fazem mal o seu trabalho, menos por incompetência e mais por incapacidade de cumprirem, simultaneamente, um enorme leque de funções.

Parte das professoras relata que não dispõe de um horário vago na escola para realizar essas atividades, mesmo aquelas que possuem alguma pausa no trabalho, informam que o tempo não é suficiente para dar conta de tudo, sendo necessário levar os trabalhos para serem desenvolvidos em casa, o que acarreta em mais um turno de trabalho, mesmo estando fora da escola.

b) Ausência de material e de recursos didáticos

A ausência de recursos didáticos torna ainda mais limitado o trabalho das professoras, visto que as impossibilita de executar suas atividades satisfatoriamente, pois o planejado não é realizado, gerando um desconforto para alunos e mestres.

As professoras, de maneira geral, se deparam tanto com as limitações dos recursos utilizados em suas atividades em sala de aula, como também com a carência para adquirir os recursos e materiais didáticos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho.

Todas as professoras apontam que a ausência de recursos dificulta o seu trabalho. Porém, a solicitação desses materiais se diferencia entre as professoras, conforme a demanda da disciplina que lecionam. Há recursos e materiais comuns a todas as disciplinas e outros específicos. Dentre os materiais, as professoras apontam para a falta de laboratório, computador, livro didático, dentre outros.

Quanto às condições físicas, a escola apresentava salas de aula com instalações insuficientes e acomodações inadequadas. Portanto, observou-se que as condições de trabalho são desfavoráveis ao exercício da atividade, sendo apontados como principais fatores referentes à sobrecarga física: temperatura do ambiente, excesso de calor, provocado tanto pelo clima, como pela instalação das salas (circulação de ar insuficiente, salas quentes, ventiladores quebrados), o número extensivo de alunos em sala, que contribui ainda mais para elevar a temperatura interna das salas de aula (salas abafadas); barulho, produzidos por sons, falas e ruídos no interior da escola, provenientes da própria dinâmica escolar; espaço físico limitado para desenvolver atividades extra-classe e aulas práticas com os alunos, como por exemplo, educação física.

c) Clientela assistida

Com relação à clientela assistida, a maioria das professoras queixa-se da indisciplina dos alunos e alega que a falta de disciplina é um dos fatores que mais incomoda em sua atividade, pois a torna mais cansativa e estressante.

Há também professoras que se queixam do desrespeito, por parte de alguns alunos, que não atendem às suas solicitações e se comportam com atitudes transgressoras: utilizam vocábulos pornográficos, não obedecem, gritam na sala de aula e não levam em consideração o trabalho realizado pelas professoras.

As professoras explicam que a falta de comprometimento dos alunos com o estudo é proveniente de vários fatores: desinteresse dos alunos, o desrespeito ao mestre em sala de aula, falta de acompanhamento dos pais, devido à ausência de tempo e da escolaridade insuficiente para ensinar aos filhos as tarefas escolares.

Além disso, acrescentam-se os problemas gerados pela superlotação de alunos nas salas de aula, o que interfere na transmissão do conhecimento aos mesmos, pois dificulta que o professor tenha uma atenção mais direcionada a todos, comprometendo a metodologia aplicada em sala e a aprendizagem. As docentes encontram-se ressentidas pelo descaso dos órgãos competentes da educação, por não desenvolverem alternativas para atender de forma adequada a esta demanda.

d) Não-reconhecimento do aluno

Outro fator destacado pelas professoras, que lhes causa incômodo e angústia, refere-se ao fato de sentirem que, apesar dos esforços, não há reconhecimento de seu trabalho. Conforme Dejours (1993), o reconhecimento constitui-se a partir da construção de julgamentos que envolvem duas dimensões de sentido: da constatação referente à contribuição do sujeito para a organização do trabalho e da gratidão pela contribuição dos trabalhadores para a organização do trabalho.

Dejours (1993) ressalta que a conquista da identidade no campo social, mediada pelo trabalho, passa pela dinâmica do reconhecimento, pois o reconhecimento implica o julgamento dos pares, que só funciona mediante a construção de um coletivo ou comunidade de pares e o julgamento da hierarquia e dos clientes (no caso das professoras, alunos e pais).

Em nosso estudo, o que se apresenta como queixa mais evidente na fala das professoras ao referir-se à angústia, é a ausência do reconhecimento do trabalho docente por parte de alguns alunos, não havendo queixa sobre falta de reconhecimento por parte dos seus pares. Esse dado difere dos achados de Dejours (1993), que enfatiza o julgamento dos pares com mais implicação para o trabalhador do que o julgamento dos clientes.

As professoras queixam-se da falta de interesse dos alunos, da falta de atenção às aulas, do desrespeito ao mestre em sala de aula, e da falta de um retorno positivo no desempenho das disciplinas.

e) Desvalorização do magistério

Os professores apontam ainda para a questão da desvalorização do magistério, revelada a partir das políticas atuais da educação, que não contemplam as necessidades reais do universo escolar, e a falta de incentivo do governo em investir cada vez mais na qualidade do ensino público e na valorização do trabalho docente. As professoras ressaltam que os baixos salários refletem a ausência da valorização e de reconhecimento de seu trabalho, como também se queixam que há uma

desvalorização de sua atividade, pois os salários que são pagos à categoria não correspondem às suas reais necessidades, e principalmente apresentam discrepância com relação aos custos e esforços exigidos na efetivação das suas atividades.

Há um sentimento de desesperança quanto às mudanças na política educacional, dentre elas as relacionadas ao reajuste salarial. A expectativa de ascensão financeira, a partir da atividade docente, está longe de ser cogitada pelos professores.

Os baixos salários, além de não atenderem às reais necessidades das docentes, trazem insatisfações, dissabores e uma sobrecarga de trabalho. O professor tem que trabalhar em dois ou três turnos, como também desenvolver uma outra atividade remunerada, na tentativa de aumentar seus rendimentos salariais, o que, em geral, compromete cada vez mais a qualidade de seu desempenho e de sua saúde.

Regulações no trabalho

Para que o trabalho não fique acometido só pelo sofrimento, os trabalhadores saem em busca de alternativas que possam reverter a situação desgastante em força propulsora de mudança, desenvolvendo as estratégias defensivas.

Dentre outras estratégias citadas pelas professoras, como forma de amenizar o sofrimento/adoecimento destacamos: descontrair-se mais com os alunos – cantar, conversar, brincar, “não ficar pegada só ao didático”, “procurar não me preocupar tanto, com os mínimos detalhes”.

a) Regras de ofício

Em relação às regras do trabalho docente, destacamos, a partir da fala dos docentes, a que se refere ao “domínio de turma”, sendo esta já considerada no estudo de Neves (1999), como a “regra de ouro” da docência. O “domínio de turma” envolve as condições necessárias para ministrar o ensino em sala de aula.

As professoras informam que o exercício dessa regra envolve um conjunto de habilidades inerentes à prática docente. Para obter o “domínio de turma” é necessário, primeiramente, que o docente apresente especialização técnica em relação à disciplina que leciona, mas também um certo investimento em qualificação profissional, o que demanda uma constante renovação e reciclagem dos conhecimentos já adquiridos.

Sobre o preparo e planejamento das aulas, as docentes relatam que é importante organizar o conteúdo que vai ser exposto em sala, apesar de muitas vezes não disporem de um tempo específico para este planejamento, todavia, foi observado em suas falas o esforço para que a aula seja preparada com antecedência, mesmo com tempo insuficiente.

Assim, o desempenho na exposição dos conteúdos em sala e a relação construída entre professora e aluno são elementos igualmente pertinentes para se ter o domínio de turma. Ter esse domínio significa menos angústia e maior controle da situação

em sala de aula, com condições mais favoráveis de exercer a atividade de ensinar e de se relacionar com os alunos na hora da aula.

A construção dessas regras de trabalho envolve uma mobilização dos processos psíquicos desenvolvidos pelos sujeitos, que estão articulados a uma forma de inteligência específica, a inteligência astuciosa. Esta funciona sempre em relação a uma regulamentação feita anteriormente (pela organização oficial do trabalho) que ela subverte pelas necessidades do trabalho para atender aos objetivos com procedimentos mais eficazes, ao invés da utilização estrita dos modos operatórios prescritos (DEJOURS E ABDOUCHELI, 1994).

Sofrimento, prazer e trabalho docente

Diante das pressões existentes na organização do trabalho, as professoras, de forma diversificada, apresentam um conjunto de sentimentos que envolvem a angústia, desgosto, raiva, desesperança, desmotivação, cansaço e estresse. A presença desses sentimentos dá lugar à vivência do sofrimento psíquico na atividade docente, ameaçando desta forma a saúde das trabalhadoras.

Dejours e Abdoucheli (1994) chamam atenção para o fato de que os sintomas como angústia e emoção são de ordem psíquica, mas podem se revelar a partir das manifestações somáticas como: a hipertensão arterial, AVC, os tremores, os suores. Assim como o medo, a fadiga, o desgaste no trabalho, mas também a frustração e a agressividade podem aumentar as cargas vasculares, musculares e digestivas. Observamos, portanto, que há um movimento circular entre os setores psíquicos e somáticos, o corpo responde conforme os estímulos são processados na mente e só quando o corpo falece é que o sofrimento torna-se visível para os sujeitos no ambiente de trabalho.

Identificamos na fala de algumas professoras a presença de "um cansaço" que se configura em desgaste mental, proveniente da exigência de sua atividade de ensino. Apesar de identificarmos que a vivência do sofrimento traz constrangimentos e dissabores para as professoras, não podemos associar o sofrimento apenas para o campo da patologia, do adoecimento. O sofrimento pode ser processado em ações suscetíveis de mudanças e transformações (e não de sua eliminação), pois "quando o sofrimento pode ser transformado em criatividade, ele traz uma contribuição que beneficia a identidade. O trabalho então funciona como um mediador para a saúde" (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994, p.137).

Na medida em que as professoras pesquisadas desenvolveram estratégias para suas atividades no trabalho, elas buscaram, na verdade, formas para transformar o sofrimento, canalizando-o para uma vivência de prazer no trabalho. Percebe-se, portanto, que algumas professoras, mesmo trabalhando em condições adversas, expressam o desejo de um comprometimento profissional, em exercer sua atividade guiadas pelo interesse e prazer, o que lhes permite dar um maior sentido e identificação com sua prática educativa.

Concordamos com Neves (1999) ao afirmar que a possibilidade das professoras gerirem sua atividade, "parece garantir efetivas formas de engajamento e, ao

mesmo tempo assegurar a realização de um trabalho de qualidade, proporcionando-lhes o êxito/sucesso profissional e o aumento da auto-estima” (p. 239).

A maioria das professoras expressou, de forma muito evidente, que o prazer em sua atividade é vivenciado quando elas obtêm o reconhecimento do aluno pelo seu trabalho. Este reconhecimento se constitui em uma fonte inesgotável de prazer, pois o sentido que as professoras atribuem ao seu trabalho está relacionado diretamente ao julgamento da clientela.

O reconhecimento dos alunos apresenta-se de forma tão significativa, que auxilia a amenizar as vivências de sofrimento e os constrangimentos presentes na situação de trabalho, mesmo porque o reconhecimento suscita a elaboração de julgamentos frente ao trabalho, e não em relação aos sujeitos. O reconhecimento é a forma específica de retribuição psicológica frente à identidade no mundo do trabalho. No campo das relações mediatizadas pelo trabalho, o reconhecimento é a forma eleita de gratificação das expectativas do sujeito, no que se refere à realização de si (DEJOURS, 1993).

A maioria das professoras expressa a satisfação em poder realizar em sala de aula a atividade planejada, ou seja, conseguir atingir o objetivo proposto para aquela aula, mesmo que isto implique um esforço maior, mas o desejo em ver o trabalho realizado é mais compensador.

Parte das professoras informa que a vivência do prazer em seu trabalho está associada ao sentimento de utilidade, em poder contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos alunos. Este sentimento de utilidade é expresso de forma variada entre as professoras, algumas associam ao fato de incentivarem os alunos a se interessarem pelos estudos e proporcionar aos mesmos uma oportunidade de um futuro melhor. Outras relacionam o prazer ao fato de promoverem mudanças progressivas no comportamento de alunos considerados de “natureza difícil”.

Identificamos, a partir do relato das professoras, que a relação com os alunos é ambígua, pois da mesma forma que se indica como fonte de sofrimento, a mesma é indicada como fonte de prazer. Como podemos observar, a vivência do prazer no trabalho se apresenta como o único meio viável de enfrentar o sofrimento presente na situação de trabalho. Portanto, verificamos que, apesar das adversidades existentes, as professoras buscam e constroem entre si estratégias, que contribuem para o exercício e manutenção da saúde no trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da pesquisa nos permitiu apreender que as dificuldades presentes no contexto escolar têm sido enfrentadas pelas professoras na sua atividade, seja com vivências de sofrimento, seja de prazer. As dificuldades relatadas pelas professoras apontam para uma repercussão negativa sobre a saúde, o que não significa necessariamente em adoecer, mas principalmente à vivência do sofrimento no cotidiano de trabalho. As professoras queixam-se da desvalorização do magistério, refletida a partir da remuneração salarial insuficiente para atender a suas necessidades. Podemos observar que há um sentimento de desesperança e angústia

quanto às mudanças na política educacional e poucas expectativas quanto à melhoria das condições de trabalho.

Um outro fator presente na dinâmica do sofrimento refere-se à sobrecarga de trabalho, que se caracteriza por uma jornada intensa de trabalho, e à exigência de se realizar várias atividades simultaneamente: dar aula, corrigir provas, preencher caderneta, planejar, entre outras, além do trabalho levado para casa. O acúmulo dessas responsabilidades torna-se uma vivência de fadiga física e mental. E, por fim, as professoras queixam-se dos alunos devido à indisciplina, falta de interesse, desrespeito e, principalmente, falta de reconhecimento pelo seu trabalho. Este é um dos elementos mais relacionados pelas professoras em relação à sua vivência de sofrimento. Conforme vimos, a vivência do sofrimento é expressa pelos sentimentos de angústia, desgosto, desesperança, raiva, estresse, e o acúmulo destes sentimentos, em alguns casos, potencializa-se, podendo desencadear doenças relacionadas com a situação de trabalho.

Porém, verificamos que as professoras desenvolvem estratégias para lidar com estas situações conflituosas como forma de amenizar o sofrimento. Dentre elas, destacamos: descontrair-se mais com os alunos (cantar, conversar, brincar); propostas de trabalho com a equipe técnica e professores que focalizam o alunado e outras dificuldades presentes no trabalho. A busca dessas regulações favorece que as professoras transformem a situação angustiante em força propulsora de mudança.

Portanto, observamos que as professoras desenvolveram um sistema de regras de trabalho, que envolve as condições necessárias para ministrar a sua atividade. A regra principal levantada por todas é a do "domínio de turma", que compreende um conjunto de habilidades inerentes à prática docente, além de ser uma forma de tornar o trabalho menos cansativo e desgastante, porque auxilia no controle da situação na sala de aula e na relação com os alunos. O desenvolvimento dessas estratégias permite que as professoras transformem a vivência desse sofrimento em prazer.

O prazer é expresso como relacionado ao reconhecimento dos alunos, o que possibilita a vivência de sentimento de utilidade e de responsabilidade de formar cidadãos. As professoras reconhecem que o risco de adoecer existe, portanto as estratégias e regulações são solicitadas para lutarem por sua permanência no trabalho e que, apesar da existência do sofrimento, buscam formas de mobilizações que as permitem vivenciar também o prazer no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 17, n. 68, p. 7-13, out./dez. 1989.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez – Oborê, 1992.

DEJOURS, C. **Travail: usure mental**. 2 ed. Paris: Bayard,1993.

DEJOURS, C., DESSORS,D., DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n.3, p.98-104, maio/jun. 1993.

DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho. In: BETIOL, M.I.S. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994. p.119-145.

ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. 2 ed. Portugal: Porto Editora Ltda., 1995. p. 93-124.

ESTEVE, J. M. **O mal estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC,1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do cotidiano**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2000.

NEVES, M. Y. **Trabalho docente e saúde mental**: a dor e delícia de ser (tornar-se) professora. 1999. 277f. Tese (Doutorado em Saúde Mental) – Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WISNER, A. **A inteligência do trabalho**: textos selecionados em ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO,1994.

Recebido em: 10/07/2006

Aceito para publicação em: 04/08/2006

Endereço: socorro-mariano@ig.com.br; heldermuniz@uol.com.br

NOTAS

* Mestre em Psicologia pela UFPB. Docente da Universidade Tiradentes e da Faculdade Pio Décimo.

** Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e docente do Departamento de Psicologia da UFF.